DANIELLE ZOEGA ROSIM

O instituto da desapropriação e o direito à moradia urbana: um olhar através do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Comarca de São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências. Versão corrigida.

Área de Concentração: Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Trentini

Ribeirão Preto

2016

O instituto da desapropriação e o direito à moradia urbana: um olhar através do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Comarca de São Paulo

RESUMO

ROSIM, D. Z. *O instituto da desapropriação e o direito à moradia urbana: um olhar através do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Comarca de São Paulo*. 2016. 350 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.

O trabalho busca estudar os principais aspectos da intersecção entre o instituto da desapropriação e o direito à moradia no cenário urbano brasileiro, especialmente a partir da ótica judicial. Para tanto, inicialmente desenvolve-se uma análise acerca do contexto em que se coloca o problema habitacional no país, marcado pelo incremento da exclusão social e pela falta de moradias para parcela crescente da população, em contraposição a toda uma normativa jurídica garantidora do direito à moradia. Em um segundo momento, é empreendido um estudo empírico das decisões do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Comarca de São Paulo, pelo período entre 2007 e 2015, com o emprego da metodologia da análise de conteúdo, para identificar a interação entre os temas estudados (desapropriação e moradia) na prática do Tribunal em questão. Como resultado é possível notar que a relação entre a desapropriação e o direito à moradia transcende o uso do instrumento da desapropriação como uma ferramenta de políticas públicas habitacionais. Assim, em uma terceira etapa, optou-se por trabalhar os dados colhidos em cinco questões principais: a indenização, o incumprimento das sentenças judiciais, as causas de utilidade pública (*lato sensu*), os atores afetados e o problema da autoridade jurídica. A conclusão aponta para a necessidade de revisão da desapropriação, no sentido de uma prática mais eficiente, racional, justa e sustentável.

Palavras-chave: Desapropriação. Direito à moradia. Análise jurisprudencial.

1 INTRODUÇÃO

Nesta introdução, apresentamos a delimitação do tema, os objetivos de nosso trabalho, bem como sua justificativa, além da metodologia e estrutura adotada.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E OBJETIVOS DO TRABALHO

Primeiramente pensada como uma das possibilidades para o enfrentamento da grave questão habitacional que marca o país, a desapropriação do imóvel urbano tornou-se a protagonista do trabalho desenvolvido nas páginas seguintes.

Desde o início, o objetivo era estudar o instituto da desapropriação como um instrumento de políticas públicas habitacionais, isto é, como uma ferramenta que teria o condão de viabilizar a aquisição de solo urbanizado e em boas localizações, para efetivar mais que o direito à moradia – o direito à cidade – às parcelas mais vulneráveis da população brasileira.

Entretanto, o caminhar da pesquisa, especialmente a análise jurisprudencial, revelou que as intersecções entre o uso do poder de desapropriar e a garantia do direito à moradia transcendem a compreensão da desapropriação como uma ferramenta de políticas públicas habitacionais.

Assim, mantido o nosso objetivo inicial, ampliamos a sua abrangência, para refletir sobre as principais questões que envolvem os diferentes pontos de conexão entre o instituto da desapropriação e o direito à moradia nas cidades, a partir da análise dos conflitos observados na prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Comarca de São Paulo, pelo período entre 2007 e 2015.

Com isso, surge a necessidade de se repensar, criticamente, o poder de desapropriar como mecanismo de aquisição de solo urbano pelos governos, levando em consideração os novos marcos da política urbana brasileira, inaugurados especialmente pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e, posteriormente, consolidados pelo Estatuto da Cidade de 2001 (BRASIL, 2001) e pelo Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002), tendo como norte a necessidade de respeito ao direito humano e fundamental à moradia.

1.2 JUSTIFICATIVA

Visto o tema e os objetivos do trabalho, resta explicitar as razões que o justificam.

1.2.1 O cenário urbano brasileiro

A principal justificativa para o presente estudo está na dinâmica do processo de urbanização no Brasil, que tem gerado exclusão social e segregação territorial, contribuindo para a baixa qualidade de vida nas cidades, para a degradação ambiental e para o aumento da pobreza.

É neste contexto que esta pesquisa adquire interesse social, à medida que propõe, em última análise, uma reflexão sobre Direito, políticas públicas e Judiciário, por meio de uma releitura do uso do instituto da desapropriação com vistas à garantia do direito à moradia nas cidades.

Todas essas considerações nos levam às seguintes premissas axiológicas por nós adotadas: a) a reflexão sobre a cidade, e mais especificamente sobre os instrumentos urbanísticos para a efetivação do direito à moradia na cidade, deve basear-se na compreensão dos processos de urbanização como produto social, e não um dado natural; b) por conseguinte, a atuação sobre a cidade deve perseguir objetivos de distribuição da riqueza urbana; c) neste contexto, entendemos que embora o Estado tenha um forte papel constitutivo no processo de acumulação capitalista e em seus efeitos sociais, esse processo é contraditório, instável e fragmentado, marcado por lutas sociais que, por sua vez, podem ter no Direito, não a única, mas uma de suas frentes de combate¹, com vistas a enfrentar o caráter excludente e mercantil que, muitas vezes, lhe é conferido.

Por sua vez, esses pontos remetem à atribuição de um novo conteúdo para o processo de desenvolvimento nacional, conforme melhor veremos a seguir.

¹ Reafirmamos que com isso não estamos esquecendo, como nos ensina Santos (2008, p. 30-31), de que o Direito é, por excelência, a instância de mediação entre o político e o econômico nas formações sociais capitalistas, de forma que o Estado capitalista utiliza o Direito como uma das ferramentas para dispersar contradições. No entanto, o que buscamos destacar é a existência de rachaduras nessa lógica, sendo o Direito também um campo de luta que, como o mesmo autor destaca, também é dinâmico e instável (SANTOS, 2008, p. 36). De fato: “As lutas urbanas pela habitação e sobretudo as centradas nos bairros “subnormais” geralmente clandestinos têm um forte componente jurídico. Trata-se de lutas contra a remoção, pela manutenção da ocupação, pela expropriação do solo ocupado, pelas indenizações adequadas por benfeitorias realizadas, pela regularização dos títulos de posse ou propriedade etc., etc. estas lutas jurídicas são coletivas e políticas, embora utilizem as formas e as instituições individualistas do Estado liberal e tenham de partir da separação entre o jurídico e o político para, com base nela, gizar estratégias várias de articulação entre ambos” (SANTOS, 2008, p. 87). Assim, concluímos que, “Sem ser um instrumento neutro em face das classes, o Estado também não é o instrumento incondicional de nenhuma delas” (SANTOS, 2008, p. 820) e o mesmo podemos dizer em relação ao Direito que emana do Estado.

1.2.2 A linha de pesquisa do programa de pós-graduação

Como outra justificativa para a escolha de nosso tema, cabe tornar clara a sua inserção na linha de pesquisa *Desenvolvimento, democracia e instituições*, dentro da área de concentração deste Programa de Pós-Graduação: *Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito*.

Como é possível perceber, nosso tema de pesquisa liga-se intimamente às discussões sobre o que é desenvolvimento, qual o local ocupado pela efetivação do direito à moradia neste conceito e, principalmente, quais desafios e exigências ele coloca ao Poder Judiciário no quadro de um Estado Democrático de Direito.

Desta forma, apresentamos o primeiro ponto fundamental para o desenrolar do presente trabalho, qual seja, a definição de desenvolvimento por nós adotada. Essencialmente, trata-se de colocar o seguinte questionamento: o desenvolvimento é um problema econômico, apenas, ou deve abranger outras dimensões para além da prosperidade material?

A visão de desenvolvimento de Amartya Sen (2000) nos faz pensar em novos termos não só esta questão, mas também outra, que nos toca ainda mais de perto: qual o papel do Direito na promoção do desenvolvimento?

Por não ser nosso propósito discutir amplamente as ideias do economista indiano, é suficiente consignar que ele alarga o conceito de desenvolvimento para além do economicismo dominante (RODRIGUEZ, 2009, p. 17). De fato, ao tomar o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, num movimento de remoção das principais fontes de privação de liberdade – dentre as quais ressaltamos a liberdade de morar de modo apropriado² –, a abordagem do desenvolvimento como liberdade coloca as próprias pessoas como verdadeiros fins do desenvolvimento, abalando a crença de que um país precisa necessariamente crescer economicamente antes de elevar a qualidade de vida de seus cidadãos (SEN, 2000, p. 51-71).

Nesse passo, como o desenvolvimento é avaliado a partir de outros fatores para além dos econômicos, tais como os jurídicos, políticos e sociais, a ideia de desenvolvimento como liberdade nos possibilita pensar as instituições em si mesmas

² Afinal, conforme esclarece Sachs (2008, p. 83), a provisão de moradia decente para todos preenche uma necessidade básica do ser humano e é certamente um grande desafio para o desenvolvimento incluyente.

como fatores de desenvolvimento, ao invés de apenas enxergá-las como instrumento para promover a prosperidade econômica ou outros objetivos que lhes sejam externos.

Como consequência, o Direito deixa de ser visto como uma ferramenta cuja eficiência é analisada apenas pelos resultados econômicos que proporciona. Pensar o desenvolvimento, segundo Amartya Sen, implica enxergar o Direito como um elemento constitutivo da liberdade, ao afastar a possibilidade do arbítrio (RODRIGUEZ, 2009, p. 20). Neste particular:

É fácil perceber que esta vertente do pensamento sobre o desenvolvimento permite o diálogo com a pesquisa em direito, em especial com a tradição dogmática de origem romano-germânica. Ao reservar ao direito um lugar próprio, não subordinado à economia, fica afastada uma visão meramente instrumental do mesmo. Ao invés de pensar a relação entre direito e desenvolvimento em termos de “obstáculos” ou “entraves”, pode-se raciocinar a partir das instituições jurídicas e por meio delas, em função dos objetivos de desenvolvimento traçados pela sociedade (RODRIGUEZ, 2009, p. 21).

Portanto, embora a relação entre direito e desenvolvimento econômico continue pertinente, o importante é perceber que a existência e o desenvolvimento das instituições, como o Judiciário, estão ligados também a outros fins que cada sociedade valoriza.

Inclusive, ao buscarmos esses fins no âmbito do ordenamento jurídico interno brasileiro, temos que a própria Constituição Federal de 1988 inclui, em diferentes artigos³, o desenvolvimento socioambiental sustentável como objetivo a ser alcançado. Ainda mais importante para a nossa pesquisa, o artigo 182 do Texto Constitucional menciona expressamente a política de desenvolvimento urbano e traz como objetivos a ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes (BRASIL, 1988).

Nota-se que a ampliação da visão do processo de desenvolvimento brasileiro para abranger um panorama social está em consonância com a ampliação da extensão deste conceito em nível mundial⁴ (PINHEIRO, 2012, p. 8), cabendo ressaltar que a própria percepção da pobreza e da exclusão social como problemas a serem enfrentados consubstancia uma mudança cultural (MASSA-ARZABE, 2006, p. 70).

³ Tais como: art. 3º, art. 225, etc.

⁴ Em pesquisa acerca do tema, Pinheiro (2012, p. 8) relata que, nos últimos quarenta anos, pelo menos, o termo “desenvolvimento” deixou de denotar fenômenos e processos estritamente econômicos. De fato, a partir da década de 1970, ao conceito de desenvolvimento foram incorporadas diversas noções, que justificam o surgimento de novas expressões associadas, como “desenvolvimento sustentável” e “desenvolvimento humano”.

Por conseguinte, todo o nosso trabalho é permeado por esse conceito multifacetado de desenvolvimento, que não reduz a sociedade aos fenômenos econômicos e busca raciocinar as instituições, mais especificamente o Judiciário, de maneira mais complexa,

[...] a partir de tensões e interações entre direito e economia, direito e política, direito e sociedade. No que tange ao jurista, cabe a ele estudar os mecanismos utilizados para regular as diversas dimensões da sociedade, inclusive a dogmática jurídica, no contexto de todas estas tensões (RODRIGUEZ, 2009, p. 22).

É justamente sob esta perspectiva que a presente pesquisa propõe a análise do papel exercido pelo Judiciário na interação entre o direito à moradia e o instituto da desapropriação, com foco nos conflitos enfrentados e nas estratégias decisórias adotadas, partindo da compreensão de que as instituições contribuem para ampliar nossas liberdades e, sendo assim, é possível avaliá-las por intermédio de suas contribuições para tanto (SEN, 2000, p. 168).

1.3 METODOLOGIA E ESTRUTURA

O trabalho inicia-se com nosso primeiro capítulo dedicado à contextualização da questão habitacional no cenário brasileiro, mediante a análise do percurso legislativo internacional e nacional para a consolidação da moradia como um direito humano e fundamental, bem como com a breve descrição da trajetória das políticas habitacionais no Brasil, que aponta para uma tradição segregacionista dos mais pobres.

Particularmente neste primeiro momento, sem abandonarmos a dogmática jurídica⁵ (com sua peculiar abordagem, recorte e problematização do real), buscamos entrar em contato com a realidade subjacente à problemática estudada por meio da possibilidade aberta pelas diferentes áreas de conhecimento, especialmente a arquitetura, a geografia e a ciência política, naquilo em que compreendem a cidade como um produto social⁶. Em outras palavras, a partir de nosso lugar de fala – leia-se: ciência jurídica – buscamos contextualizar o fenômeno jurídico estudado, ainda que sem a pretensão de interdisciplinaridade⁷.

⁵ Acerca da importância de uma conceituação não ingênua da dogmática jurídica, a qual incorpore enfoques que excedam a dimensão normativa do fenômeno jurídico, vide Bovino e Courtis (2001).

⁶ Nesse intento, reuniremos à literatura jurídica autores da Arquitetura e do Urbanismo, como Ermínia Maricato, Flávio Villaça, Mariana Fix, Nabil Bonduki e Raquel Rolnik; da Geografia, como David Harvey; da Ciência Política, como Eduardo Marques; e da Filosofia, como Friedrich Engels e Guilherme Boulos.

⁷ Neste ponto foi consultada a obra intitulada O mito da interdisciplinaridade: história e

Ainda neste capítulo inicial, empreendemos um começo de aproximação com o instituto estudado – a desapropriação do imóvel urbano – com o intuito de munir o leitor dos conceitos chaves que serão abordados e trabalhados nos capítulos subsequentes.

Uma vez apresentada a realidade em que se insere o problema de pesquisa e a ferramenta estudada, o segundo capítulo dedica-se a exibir os dados colhidos em nosso estudo empírico realizado por meio do método da análise de conteúdo de Laurence Bardin (2000), com a intenção de apresentar ao leitor a complexidade e amplitude das questões que relacionam o instituto da desapropriação e o direito à moradia na prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Comarca São Paulo, nos anos entre 2007-2015, além das diferentes respostas obtidas para os casos concretos.

Assim, no terceiro e último capítulo de nosso trabalho partimos, de fato, para o tratamento dos resultados, a realização de inferências e a interpretação dos dados colhidos. Devido à multiplicidade de temas surgidos, optamos por trabalhar as informações empíricas com fundamento nas lições de Antônio Azuela (2013), que concebe 5 (cinco) questões principais a serem enfrentadas pelo Judiciário em 5 (cinco) metrópoles da América Latina⁸, quais sejam: a indenização, o incumprimento das sentenças judiciais, as causas de utilidade pública (*lato sensu*)⁹, os atores afetados e o problema da autoridade jurídica.

Ainda neste último capítulo, analisamos a Medida Provisória nº 700/2015 (BRASIL, 2015), que teve sua vigência encerrada, mas ganha importância por revelar as alterações então pensadas para a Lei Geral das Desapropriações, o Decreto-Lei nº 3.365/1941 (BRASIL, 1941).

Tudo para ao final traçarmos nossas conclusões, com suporte na triangulação entre o levantamento teórico, a análise legislativa e a investigação empírica realizada. Esta última adquire importância ao considerarmos que a obtenção de uma resposta jurisdicional apenas cessa a discussão em relação ao caso concreto, mas não faz cessar o debate jurídico dogmático, o qual pode permanecer ocorrendo, sinalizando que as decisões tomadas poderiam ser diferentes e, assim, contribuindo para a possível alteração das balizas decisórias no futuro, como bem aduz José Rodrigo Rodriguez (2009, p. 10). Aliás, segundo o autor (2009, p. 12) esse é um exercício fundamental para que o Direito exerça seu poder reflexivo e conheça os problemas por ele enfrentados e

institucionalização de uma ideologia de Martino e Boaventura (2013).

⁸ São elas: Bogotá, Buenos Aires, Cidade do México, Quito e São Paulo.

⁹ Neste trabalho, quando nos referirmos à utilidade pública *lato sensu* estamos abarcando todas as possíveis fundamentações da desapropriação.

as soluções dogmáticas que vem oferecendo para solucioná-los, além disso, permite tornar mais claras as consequências sociais das decisões tomadas.

Com esta divisão, nosso trabalho se propõe a contribuir para a releitura do instituto da desapropriação sob um olhar direcionado à efetivação do direito à moradia urbana. Desta feita, voltamo-nos às cidades brasileiras, mais especificamente, à capital do Estado de São Paulo, sem desconsiderar, todavia, a íntima relação estabelecida entre as políticas urbanas e agrárias em um país que até hoje não conseguiu atribuir efetividade ao princípio da função social da propriedade nem no campo, nem nas cidades.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve por escopo trazer elementos de reflexão sobre o instituto da desapropriação como instrumento de aquisição de solo urbano para implementação de políticas públicas habitacionais nas cidades, mas também, e em contraposição, deparou-se com a necessidade de analisar a utilização do poder desapropriatório como um mecanismo de espoliação urbana dos setores mais vulneráveis da população brasileira.

Para tanto, após compreendermos que existe um conjunto de normas internacionais e nacionais (inclusive constitucionais) que garante o direito à moradia e que liga a ele, explicitamente ou não, o adjetivo “digna”, passamos a tratar da questão habitacional no Brasil, onde pudemos constatar que a realidade insiste em demonstrar que nem a positivação de direitos na Constituição, ainda que sob o título de fundamentais, tampouco a sua regulamentação infraconstitucional, são capazes, por si sós, de alcançar o padrão de justiça social pretendido.

De fato, observamos um processo de urbanização em que a exclusão social é estrutural (MARICATO, 1995, p. 25), e, mais do que isso, vemos um processo no qual muitas vezes o fenômeno da concentração homogênea e segregada dos mais pobres é promovido por políticas habitacionais oficiais, inclusive por meio do uso do instituto estudado – a desapropriação –, o que torna imprescindível realizar uma reflexão mais profunda acerca do papel da regulação urbana e da utilização prática dos instrumentos jurídicos, na busca por uma ocupação mais igualitária do espaço urbano brasileiro.

Assim, empreendemos a realização do estudo empírico da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Comarca de São Paulo, pelo período entre 2007 e 2015, inquirindo-nos acerca das formas como se relacionavam o instituto da desapropriação e o direito à moradia na prática do Tribunal em questão.

As informações empíricas colhidas e confrontadas com a legislação e a doutrina estudadas apontam que: enquanto, por um lado, o uso do poder desapropriatório com vista à aquisição de solo para políticas públicas habitacionais precisa enfrentar os desafios impostos pela concepção conservadora de propriedade, de inspiração liberal-individualista; por outro, muitas vezes o instrumento é manejado tendo em vista mais interesses privados do que o interesse público.

Para deixar mais claras essas observações finais, criamos duas tabelas-síntese do caminho percorrido pelo estudo, de modo a explicitar as questões trabalhadas tanto na análise horizontal, quanto vertical, dos dados empíricos.

Quadro 2 - Análise horizontal

Lente de análise	Pesquisa empírica: resultados	Apontamentos da doutrina e legislação estudadas	Nosso posicionamento
Direito à moradia	i) Utilização do vocábulo “direito à moradia” pelos desembargadores.	i) Nossa Constituição Federal, desde sua redação original (artigo 7º, IV), utilizou-se do termo moradia. Não obstante, também é corrente o emprego do termo direito à habitação pela doutrina, mesmo havendo quem diferencie as duas expressões.	Necessidade de um Judiciário mais atuante na garantia do direito à moradia.
	ii) Os desembargadores não se dedicaram a abordar o conteúdo do direito à moradia nos acórdãos, não havendo qualquer menção aos tratados internacionais que regem a matéria.	ii) A doutrina busca sempre a ideia de que a moradia implica mais que um simples “teto sobre a cabeça”, abrangendo um olhar mais amplo acerca da questão, o que inclui considerações sobre a localização da habitação, conforme preceitos trazidos em diferentes tratados internacionais.	
	iii) Em sua maioria, os desembargadores justificaram seus posicionamentos com a afirmação de que o direito à moradia não é absoluto, especialmente quando defrontado com outros direitos, principalmente o direito de propriedade.	iii) Embora nenhum direito seja absoluto, é necessário ter em conta a fundamentalidade do direito à moradia frente ao direito de propriedade, o qual deve cumprir sua função social.	
	iv) Os desembargadores adotaram, majoritariamente, a postura segundo a qual o direito à moradia não é autoaplicável.	iv) Há diferentes posicionamentos na doutrina acerca da eficácia das normas constitucionais instituidoras de direitos sociais, havendo inclusive quem defenda que o problema não está na norma, mas sim nos desafios práticos para a sua efetivação.	
	v) Os desembargadores, diante da separação de poderes, defenderam uma postura menos ativa do Judiciário na garantia do direito à moradia.	v) Há uma discussão acerca da separação de poderes e o papel do Judiciário, ou seja, essa questão está em disputa.	
	vi) Os desembargadores utilizaram diferentes nomenclaturas para aludir a diferentes categorias de	vi) O uso que se faz da linguagem, ainda que técnica, pode expressar relações de poder e discriminação, além	

Continua

Continuação

Lente de análise	Pesquisa empírica: resultados	Apontamentos da doutrina e legislação estudadas	Nosso posicionamento
	possuidores.	de ocultar uma realidade complexa.	
Direito de propriedade	i) Pouca influência da função social da propriedade na atuação dos desembargadores, que reiteradamente conferiram maior força à propriedade registral e à propriedade pública, mesmo quando desfuncionalizadas.	i) Exaltação do avanço dado pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Cidade no sentido da previsão da função social da propriedade. Não obstante, há o reconhecimento de que a previsão legal não é suficiente para a sua efetividade.	A importância do Judiciário assumir um compromisso com a aplicação da função social da propriedade em suas decisões.
Desapropriação	i) Os desembargadores não aplicaram um critério rigoroso na classificação entre as diferentes utilidades públicas (<i>lato sensu</i>) que podem fundamentar uma desapropriação.	i) Embora o legislador constituinte tenha tripartido as causas ensejadoras da desapropriação (utilidade pública, necessidade pública e interesse social), a legislação infraconstitucional não segue essa separação com rigor, havendo quem defenda a possibilidade de unir todas as causas sob o termo geral “utilidade pública”.	As desapropriações “ordinárias” continuam sendo um instrumento recorrentemente utilizado na capital do Estado de São Paulo para a aquisição de solo urbano para políticas públicas, inclusive habitacionais.
	ii) Há uma grande incidência de processos judiciais relativos a desapropriações com finalidade de implementação do direito à moradia (152 acórdãos), revelando que esse instrumento continua a ser usado como meio de obtenção de solo.	ii) A legislação prevê a possibilidade do uso da desapropriação para fins de implementação do direito à moradia, seja para a construção de empreendimentos habitacionais, seja para a regularização fundiária de áreas já ocupadas. Ou seja, há uma conexão evidente entre o instituto da desapropriação e a efetivação do direito à moradia urbana, sendo aquele um dos instrumentos de políticas públicas habitacionais.	No entanto, em relação à desapropriação-sanção urbanística, notamos que inúmeros entraves dificultam sua implementação, o que prejudica todos os instrumentos antecessores e, consequentemente, a própria imposição do cumprimento da função social pela propriedade urbana. Já a desapropriação judicial pode ser vista como um avanço frente à ideia de propriedade absoluta presente no Código Civil anterior (1916) e acreditamos que ela seria um instrumento importante para os casos de não cabimento da usucapião, mas ainda não encontrou aplicabilidade prática no Tribunal estudado.
	iii) Também foram encontrados processos referentes a desapropriações fundamentadas em outras categorias de utilidade pública, demonstrando que o Judiciário precisa enfrentar a relação entre desapropriação e direito à moradia para além do uso do poder desapropriatório como instrumento de políticas públicas habitacionais.	iii) A desapropriação aparece como instrumento de aquisição de solo urbano, que está sob o domínio de particulares, para diferentes finalidades.	

Lente de análise	Pesquisa empírica: resultados	Apontamentos da doutrina e legislação estudadas	Nosso posicionamento
	iv) Não há nenhum caso de aplicação da desapropriação sancionatória urbanística nos julgados analisados.	iv) Apesar de muitos estudos apontarem a importância da desapropriação sancionatória urbanística como um dos mecanismos pensados para combater o descumprimento da função social do imóvel urbano, nosso estudo empírico vai ao encontro da pesquisa feita pelo Ministério da Justiça (2015), a qual evidencia que até o momento nenhum dos municípios brasileiros aplica este instrumento.	
	v) Em nenhum dos julgados foi observada a aplicação da desapropriação judicial.	v) A doutrina vê a desapropriação judicial ora com os olhos voltados à inovação que provoca no ordenamento jurídico em favor da proteção da posse-trabalho, ora a encara com receio devido à possibilidade de prejudicar a utilização da usucapião, mais benéfica aos ocupantes. No entanto, como as hipóteses de cabimento são diferentes, cabe ao julgador analisar qual aplicar no caso concreto.	

Já a análise vertical realizada em nosso *corpus* de pesquisa e trabalhada a partir dos ensinamentos de Antônio Azuela (2013), pode ser sintetizada no seguinte quadro, no qual expomos as ideias que entendemos essenciais:

Quadro 3 - Análise vertical

Tema	Pesquisa empírica	Apontamentos da doutrina e legislação estudada	Nosso posicionamento
Indenização	i) Adoção do valor de mercado como parâmetro para a fixação da justa indenização, seja em relação à perícia provisória para fins de imissão na posse (o que é uma peculiaridade do TJSP, Comarca de São Paulo), seja também no montante definitivo.	i) Enquanto a doutrina majoritária assimila justa indenização com valor de mercado, há quem questione essa sinonímia, entendendo que o conceito de justa indenização deve ser relido a partir da inclusão de fundamentos urbanos e ambientais em sua fixação.	Constatamos a imprescindibilidade de revisitarmos o conceito atribuído à expressão “justa indenização”, levando-a para além da lógica do preço de mercado. Ademais, destacamos a importância de se

Continua

Continuação

Tema	Pesquisa empírica	Apontamentos da doutrina e legislação estudada	Nosso posicionamento
	<p>ii) Adoção pelos desembargadores da quase totalidade dos laudos periciais elaborados, sem que fosse apresentada justificativa consistente na maioria dos casos.</p> <p>iii) Observamos muitos casos em que os desapropriados alegavam que os valores fixados, especialmente a título de indenização provisória, mas também de indenização definitiva, não eram suficientes para a aquisição de nova moradia. Os desembargadores, por sua vez, não deram maiores atenções a essas argumentações, pois se limitavam a reafirmar a perícia fundada no valor de mercado. Neste aspecto, destacamos o caso do edifício São Vito.</p>	<p>ii) No Brasil, é conferida ao juiz a competência para determinar as indenizações nas desapropriações em que não há acordo quanto ao montante devido. No entanto, sem que a lei estabeleça parâmetros mais objetivos para auxiliar o magistrado nessa tarefa e, via de regra, frente à falta de conhecimento específico dos juízes neste assunto, tudo isso faz com que o julgador esteja fortemente dependente do parecer pericial.</p> <p>iii) Em contrapartida às superavaliações relatadas pela doutrina, especialmente nos anos 1990, há também a consideração do risco de ser produzido tratamento desigual entre diferentes categorias de proprietários, sendo os proprietários vulneráveis os mais prejudicados.</p>	<p>estabelecer, por meio de lei, critérios mais objetivos para a determinação da indenização dos imóveis desapropriados, auxiliando os juízes nesta tarefa e diminuindo a subjetividade dos laudos periciais.</p> <p>Neste caso, sublinhamos a necessidade de o cálculo do montante de indenização tomar em conta não apenas o bem em si, mas também as pessoas atingidas pela desapropriação, assumindo diferentes caracteres: ora o reparatório e ora o restitutivo.</p>

Tema	Pesquisa empírica	Apontamentos da doutrina e legislação estudada	Nosso posicionamento
Incumprimento das sentenças judiciais	i) Não foi possível analisar esta questão por meio de nossos dados empíricos, portanto, nos valem de outras pesquisas realizadas sobre o assunto.	i) A doutrina destaca que há um acúmulo de precatórios decorrentes de desapropriações, levando a sérias dificuldades de recebimento do pagamento pelos credores do Poder Público, contribuindo para a crise enfrentada pela desapropriação no país. Isso porque os precatórios têm se convertido em um pretexto para que a Administração Pública, sem assegurar os recursos necessários, desaproprie para realizar intervenções e apenas efetive o pagamento quando obtenha os recursos.	Observamos a dificuldade do governo brasileiro para fazer frente às obrigações decorrentes das desapropriações, resultando no incumprimento das decisões judiciais, o que mais uma vez sugere a necessidade de estabelecer critérios mais claros para a fixação da indenização, bem como de uma nova compreensão acerca das formas de seu pagamento. De mais a mais, também implica que o uso do poder desapropriatório seja feito de forma fiscal e financeiramente responsável.
As causas de utilidade pública (<i>lato sensu</i>)	i) Foram raríssimas as exceções em que os desembargadores “ponderaram” acerca da finalidade atribuída pela Administração Pública para a realização da desapropriação e, quando o fizeram, não chegaram a contestar a necessidade da desapropriação e sua finalidade, permanecendo ao lado do desapropriante. Nestes casos, o interesse público prevaleceu como justificativa geral para esse posicionamento.	i) A definição de utilidade pública (<i>lato sensu</i>) que fundamenta a desapropriação tem um caráter disputado, ainda mais considerando os diferentes graus de impacto social que esta ocasiona. A ideia de interesse público não deve ser vista como um empecilho a esta discussão. Essa postura silente do Judiciário impede que o crescente mal-estar social gerado pelas grandes obras envolvendo desapropriações seja registrado. Por isso, parte importante do conflito social não é processada pelo Judiciário.	Tudo aponta para a importância do controle judicial do mérito da decisão administrativa do Poder Público na utilização do poder desapropriatório.
	ii) Os desembargadores reiteradamente adotaram a justificativa de que na ação de desapropriação apenas seria possível discutir a ilegalidade do processo e o preço do imóvel, qualquer outra	ii) Além da visão ultrapassada de algumas prerrogativas da Administração Pública (como é o caso do paradigma do interesse público), as limitações impostas pela legislação,	

Tema	Pesquisa empírica	Apontamentos da doutrina e legislação estudada	Nosso posicionamento
	<p>discussão deveria ser manejada por ação própria. Por sua vez, foram pouquíssimos os documentos (apenas 2) relativos a ações específicas para contestar a utilidade pública manejada pela Administração.</p>	<p>especialmente o Decreto-Lei nº 3.365/1941 (BRASIL, 1941), para a discussão da utilidade pública (<i>lato sensu</i>) implicam numa grande submissão dos afetados às decisões dos poderes desapropriantes, as quais geralmente não são tomadas mediante participação popular.</p>	
	<p>iii) Nos casos selecionados que se referiam ao uso da desapropriação para fins de regularização fundiária, não observamos uma análise acerca do conteúdo jurídico da propriedade e sua função social. A possibilidade de usucapião da área também não foi fator ensejador da suspensão do processo. Ou seja, apesar de observarmos a incidência do “fator favela”, não se manejou uma discussão mais profunda sobre essas questões, nem sobre sua influência no processo de desapropriação. Nesta questão trabalhamos o caso do Núcleo Habitacional Cidade Azul.</p>	<p>iii) Deve-se questionar o uso do instrumento da desapropriação para fins de regularização fundiária, ainda mais tendo em conta que o Poder Judiciário às vezes se afasta da prescrição aquisitiva e acaba premiando um proprietário descumpridor da função social de seu imóvel.</p>	
	<p>iv) Aqui temos também a discussão acerca da prejudicialidade ou não da ação de desapropriação sobre a ação de reintegração de posse do mesmo imóvel. Não observamos uma unidade de respostas para esses casos, ora sendo decidido pela prejudicialidade – como no caso do agravo de instrumento relativo ao Edifício São Manuel –</p>	<p>iv) Há muitos limites para a utilização da desapropriação para fins de regularização fundiária e resolução de conflitos urbanos por moradia, que devem ser sopesados no caso concreto, mas não há como desconsiderar que a desapropriação também pode ser um recurso importante para impedir despejos e ativar uma rede de intercâmbios e relações políticas e sociais, num</p>	

Tema	Pesquisa empírica	Apontamentos da doutrina e legislação estudada	Nosso posicionamento
	ora sendo decidido pela manutenção do poder do proprietário reivindicar seu bem enquanto não ocorrida a imissão na posse pelo desapropriante.	momento em que o “sentido do público” se articula com as exigências da justiça social.	
Atores afetados	i) Na quase totalidade dos documentos não observamos nenhuma consideração dos desembargadores sobre a existência de diferentes categorias de proprietários, o que tem suas consequências ainda mais nítidas no caso do edifício São Vito.	i) O conjunto de proprietários afetados constitui um grupo heterogêneo. A interação entre o proprietário e o bem pode se dar em função de uso ou em função de troca, sendo imprescindível se atentar para essa relação ao fixar a justa indenização, pois os efeitos da decisão de desapropriar são diferentes para cada grupo de proprietários.	Deve-se atribuir um novo olhar às categorias de proprietários desapropriados, levando em consideração as condições socioeconômicas dos atingidos pela desapropriação na fixação da indenização, para proteger os setores mais vulneráveis da população e, assim fazendo, construir processos de desapropriação legítimos e exitosos. Ademais, faz-se necessário proteger as demais formas de posse existentes, para além da propriedade individual registrada.
	ii) Também como entendimento majoritário não foi atribuído direito à indenização pela desapropriação ao possuidor sem título de propriedade registrado, reconhecendo-se na propriedade individual registrada um requisito indispensável para a indenização, o que representa a adoção de um enfoque formalista e conservador por nosso Judiciário, o qual, sob a justificativa de conferir maior segurança jurídica, reiteradamente atribui maior importância ao título de propriedade do que ao reconhecimento de quem atribui função social ao imóvel no caso concreto, desconsiderando que a proteção da propriedade não nasce do título registrado, mas se fundamenta na função social que desempenha.	ii) A hegemonia da propriedade privada registrada sobre as demais formas de posse acentua a desigualdade resultante da aplicação da desapropriação. Para evitar a contínua discriminação das demais formas de posse, em prejuízo dos mais vulneráveis, uma das possibilidades que se apresenta é a de enxergar a questão por meio da teoria do “feixe de direitos”, no sentido de reconhecer uma variedade de interesses merecedores de proteção sobre um mesmo pedaço de terra.	

Conclusão

Tema	Pesquisa empírica	Apontamentos da doutrina e legislação estudada	Nosso posicionamento
O problema da autoridade jurídica	Em nosso <i>corpus</i> , com pouquíssimas exceções, não se verificou uma corrente consolidada de argumentação com base nos direitos fundamentais (salvo o direito de propriedade). Como vimos, predominantemente o Judiciário se esquivou de fortalecer o direito à moradia frente à discussão da separação dos poderes, além disso, não levou em consideração as distinções entre as diversas categorias de proprietários e também não atribuiu grande peso ao argumento da função social da propriedade.	Para além do não pagamento dos precatórios, a questão passa a ser a participação dos juízes na vida social e seu papel na criação do Direito. Neste passo, há uma disputa acerca do papel do Judiciário e da interpretação da lei. Mesmo as questões incluídas e reconhecidas como problemas no mundo jurídico não devem ser vistas como estáticas e imutáveis.	Como dito, podemos perceber que não tem havido uma reflexão substantiva que responda às expectativas colocadas no Poder Judiciário em relação à inclusão das demandas sociais no manejo dos conflitos urbanos provocados pelas desapropriações. Esta ideia nos leva à necessidade de pensar a capacidade do Direito ouvir as demandas por justiça e captar a voz dos diferentes grupos sociais.

Com a leitura dos dois quadros acima trazidos revela-se, uma última vez, a ambiguidade jurídica da desapropriação, que, por si, não é boa nem má, pois, ao mesmo tempo em que pode ser usada para impor o interesse público sobre o individual, também pode ser manejada em benefício apenas do proprietário e à custa de toda a sociedade. Além disso, pode ser aplicada como instrumento de distribuição da riqueza urbana, mas também contra os setores mais vulneráveis da população. Finalmente, é uma forma de destruir a propriedade que, ao mesmo tempo, implica o seu reconhecimento (AZUELA, 2013, p. 47).

Nisso, vê-se que estudar o instituto da desapropriação implica estudar a propriedade privada, mas também a posse do solo, para que possamos entender os impactos da tomada de terras para usos públicos, especialmente sob o aspecto da proteção do direito à moradia (AZUELA; HERRERA, 2007, p. 4-5). Com isso, revisitar o instituto da desapropriação também implica ressignificar o direito de propriedade no sentido de sua função social.

Outra questão é a dificuldade imposta por esta tarefa em nosso país, marcado pela desigual distribuição da riqueza e da qualidade de vida urbana e por uma tradição patrimonialista igualmente presente na instituição por nós estudada mais de perto: o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Comarca de São Paulo. Mas, não concluiremos nosso trabalho como se o cenário descrito não estivesse marcado por porosidades, resistências e quebras de consensos (ROLNIK, 2015, p. 368).

De fato, em nossa pesquisa empírica, buscamos, a cada grupo de análise trabalhado, apresentar exemplos de decisões que trouxessem posições interpretativas preocupadas em dar maior efetividade ao direito à moradia quando este é colocado em jogo pelo uso do poder desapropriatório. São decisões nas quais os desembargadores assumem um compromisso por interpretar para transformar, evidenciando a existência de uma disputa pela consolidação de um novo olhar para a prática jurídica, para o direito à moradia e para o instituto da desapropriação.

É justamente com essa possibilidade que encerramos este trabalho, defendendo, portanto, a ressignificação do instrumento desapropriatório, para que a sua utilização seja feita de forma mais eficiente, racional, justa e sustentável (o que pode demandar até mesmo a reforma legal do já antigo regime de desapropriação vigente no país).

Assim, toda a pesquisa realizada possibilita-nos vislumbrar novas agendas para continuar em futuras investigações.

Desde questões mais amplas como: a) a necessidade de melhor compreender o papel do Direito – especialmente no que toca ao poder desapropriatório – nos processos de despossessão das populações mais pobres; b) e a interessante questão apontada por Antonio Azuela e Carlos Herrera (2007, p. 12) acerca dos diferentes discursos que prevalecem nas organizações financeiras como o Banco Mundial (centrados na linguagem do direito de propriedade e das políticas públicas), em contraposição àquele adotado pela ONU e pelas ONGs (balizado pelo direito à moradia em oposição aos despejos), que coloca o problema de diferentes contextos institucionais darem importância a diferentes conjuntos de questões, sem buscarem caminhos para um entendimento compartilhado.

Até mesmo questões mais ligadas às especificidades brasileiras, como: a) a relevância de fazer estudos comparativos entre a realidade nacional e a de outros países acerca do uso da desapropriação, como, por exemplo, a Colômbia e a Espanha (reconhecidas por seus avançados arcabouços legais urbanísticos), sendo outra possibilidade de estudo os EUA (onde desponta a discussão gerada pelo “caso Kelo”), com o intuito de verificar possíveis aproximações, distanciamentos e até mesmo proposições de alterações legislativas, sempre ponderando o risco das “ideias fora do lugar”; b) e o desejo de explorar ainda mais os casos que despontaram em nossa análise de jurisprudência, como a desapropriação dos Edifícios São Manuel, São Vito e Mercúrio, já que no primeiro a desapropriação foi usada em defesa dos ocupantes e, nos dois últimos, tornou-se mais um mecanismo de espoliação urbana.

Enfim, o trabalho e as diversas inquietações dele derivadas revelam a necessidade do estudo e aplicação da desapropriação sempre tendo como norte um desenvolvimento urbano mais equitativo, justo e sustentável, desafio para o qual esperamos ter contribuído.

REFERÊNCIAS

AÇÕES Possessórias no Novo CPC 1. São Paulo: Defensoria Sp, 2015. P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XNjdvJP_NiY&list=PLCITLRQjmWszaQ3pFz6oyqP4TGUpWXd2C>. Acesso em: 20 jun. 2016.

ACOSTA, Claudia. La expropiación en las prácticas públicas de obtención de suelo en América Latina. Una primera aproximación. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). *Revisitando o instituto da desapropriação*. Belo Horizonte: Fórum, 2009. p. 57-81.

AITH, Fernando. Políticas públicas de Estado e de governo: instrumentos de consolidação do Estado Democrático de Direito e de promoção e proteção dos direitos humanos. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org). *Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 217-246.

ALFONSIN, Betânia. Instrumentos e alternativas à desapropriação em um estudo de direito urbanístico comparado: Brasil, Colômbia e Espanha. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). *Revisitando o instituto da desapropriação*. Belo Horizonte: Fórum, 2009. p. 177-199.

ALFONSIN, Jacques Távora. *O acesso à terra como conteúdo de direitos humanos fundamentais à alimentação e à moradia*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.

AZUELA, Antonio. Introducción. In: AZUELA, Antonio (Org.). *Expropiación y conflicto social en cinco metrópolis latinoamericanas*. Massachusetts: Lincoln Institute Of Land Policy, 2013. p. 13-50. Disponível em: <<http://ru.iis.sociales.unam.mx/dspace/bitstream/IIS/4584/1/Expropiacion.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2016.

AZUELA, Antonio; HERRERA, Carlos. La propiedad que no se discute. Jueces y expropiaciones em la ciudad de México. In: AZUELA, Antonio (Org.). *Expropiación y conflicto social en cinco metrópolis latinoamericanas*. Massachusetts: Lincoln Institute Of Land Policy, 2013. p. 455-512. Disponível em: <<http://ru.iis.sociales.unam.mx/dspace/bitstream/IIS/4584/1/Expropiacion.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2016.

_____. *Taking land around the world: international trends in the expropriation for urban and infrastructure projects*. 2007. Paper commissioned by the World Bank and the Lincoln Institute of Land Policy for the Urban Research Symposium. Disponível em: <https://l.facebook.com/l.php?u=https://cdn.fbsbx.com/v/t59.2708-21/13960362_1099588656801811_794283657_n.pdf/Taking-land-around-the-world...-EXPROPRIATION.pdf?oh=562e836b39bb9e537e2982cd9816299e&oe=57AD9E9B&dl=1&h=zAQESJ0G8>. Acesso em: 04 abr. 2016.

AZUELA, Antonio; SAAVEDRA, Camilo. Uso, desgaste y reuso de la expropiación en la ciudad de México. In: AZUELA, Antonio (Org.). *Expropiación y conflicto social en cinco metrópolis latinoamericanas*. Massachusetts: Lincoln Institute Of Land Policy, 2013. p. 409-454. Disponível em: <<http://ru.iis.sociales.unam.mx/dspace/bitstream/IIS/4584/1/Expropiacion.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2016.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2000.

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BERCOVICI, Gilberto. Planejamento e políticas públicas: por uma nova compreensão do papel do Estado. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). *Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 143-161.

BEVILÁQUA, Clóvis. *Direito das coisas*. Brasília: Senado Federal, 2003, 1 v. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496210>>. Acesso em: 14 de out. 2016.

BEZNOS, Clovis. *Aspectos jurídicos da indenização da desapropriação*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

BONDUKI, Nabil. Operação São Vito: uma demolição que é um crime contra São Paulo. *Carta Capital*, São Paulo, 14 out. 2010. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/operacao-sao-vito-uma-demolicao-que-e-um-crime-contra-sao-paulo>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

_____. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BOULOS, Guilherme. *Por que ocupamos?* Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci, 2012.

BOVINO, Alberto; COURTIS, Christian. Por una dogmática concientemente política. In: COURTIS, Cristian (Org.). *Desde outra mirada. Textos de teoria crítica del Derecho*. Buenos Aires: Eudeba, 2001. p. 183-222.

BRASIL. Decreto nº 577, 24 de jun. de 1992. Dispõe sobre a expropriação das glebas, onde forem encontradas culturas ilegais de plantas psicotrópicas, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 jun. 1992. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0577.htm>. Acesso em: 14 set. 2016.

_____. Decreto-Lei nº 1.075, de 22 de jan. de 1970. Regula a imissão de posse, initio litis, em imóveis residenciais urbanos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jan. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1075.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.

_____. Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 de jul. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3365.htm>. Acesso em: 07 de jun. de 2016.

_____. *Constituição (1824)*. Constituição Política do Império do Brasil da República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro, RJ, 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2012.

_____. *Constituição (1934)*. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Senado, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. *Constituição (1967)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jan. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.

_____. Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 set. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.htm>. Acesso em: 02 de set. 2015.

_____. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 de dez. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L6766.htm>. Acesso em: 02 de jul. 2015.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 de jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 07 de jun. de 2016.

_____. Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962. Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 07 nov. 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4132.htm>. Acesso em: 02 de set. 2015.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 de jul. 2001. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 07 de jun. de 2016.

_____. Lei nº 13.089, de 12 de jan. de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jan. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.

_____. Lei nº 3.071, de 1 de jan. de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 de jan. 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1075.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.

_____. Lei nº 6.766, de 19 de dez. de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L6766.htm>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. Lei nº 8.257, de 26 de nov. de 1991. Dispõe sobre a expropriação das glebas nas quais se localizem culturas ilegais de plantas psicotrópicas e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 nov. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8257.htm>. Acesso em: 14 set. 2016.

_____. Medida Provisória nº 700, de 8 de dezembro de 2015. Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 09 de dez. 2015a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Mpv/mpv700.htm>. Acesso em: 07 de jun. de 2016.

_____. Resolução do Senado Federal nº 29, de 25 de setembro de 2009. Altera dispositivos da Resolução 43, de 2001, do Senado Federal, a fim de excluir dos limites para operações de crédito aquelas contratadas no âmbito do Programa de Empréstimo aos estados e ao Distrito Federal de que trata o artigo 9 da Resolução 2.827, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e suas alterações. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 de set. 2009a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/ressen/2009/resolucao-29-25-setembro-2009-591383-publicacaooriginal-116446-pl.html>>. Acesso em: 11 maio 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 154906 / MG. Relator: Ministro Barros Monteiro. *Diário da Justiça*. Brasília, 02 ago. 2004. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=1207362&num_registro=199700812570&data=20040802&tipo=51&formato=PDF>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 9031477-73.2009.8.26.0000. Relator: Desembargador Elliot Akel. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 07 nov. 2012i. n. 1301. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=6288576&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 0043296-34.2007.8.26.0000. Relator: Desembargador Ferraz De Arruda. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 09 nov. 2007. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=2346659&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 0152220-08.2008.8.26.0000. Relator: Desembargador Oscild De Lima Júnior. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 11 dez. 2008a. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=3362066&cdForo=0&vlCaptcha=ftqbs>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 9068703-49.2008.8.26.0000. Relator: Desembargador Oscild De Lima Júnior. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 06 nov. 2008b. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=3301177&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 0068258-24.2007.8.26.0000. Relator: Desembargador Álvaro Torres Júnior. *Diário da Justiça*

Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje. São Paulo, 04 jun. 2008g.
Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=2579247&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 0258791-66.2009.8.26.0000. Relator: Desembargador Antonio Celso Aguilar Cortez. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje.* São Paulo, 04 dez. 2009b.
Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=4149390&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 0150523-10.2012.8.26.0000/50000. Relator: Desembargador Leonel Costa. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje.* São Paulo, 24 ago. 2012d. n. 1253.
Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=6116812&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 0144788-93.2012.8.26.0000. Relator: Desembargador Ana Luiza Liarte. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje.* São Paulo, 30 out. 2012e. n. 1296.
Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=6284541&cdForo=0&v1Captcha=hfpmy>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 0280248-86.2011.8.26.0000. Relator: Desembargador Torres de Carvalho. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje.* São Paulo, 15 abr. 2013h. n. 1394.
Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=6641658&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 0146979-14.2012.8.26.0000. Relator: Desembargador Coimbra Schmidt. *Diário da Justiça Eletrônico*

do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje. São Paulo, 22 mar. 2013i. n. 1380.

Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=6591816&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2046953-

03.2014.8.26.0000. Relator: Desembargador José Maria Câmara Junior. *Diário da Justiça*

Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje. São Paulo, 14 abr. 2014a. n.

1632. Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=6162707&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 0090551-

75.2013.8.26.0000. Relator: Desembargador Ferreira da Cruz. *Diário da Justiça Eletrônico*

do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje. São Paulo, 30 abr. 2014b. n. 1641.

Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7513939&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2082467-

17.2014.8.26.0000. Relator: Desembargador Fernando Sastre Redondo. *Diário da Justiça*

Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje. São Paulo, 07 jul. 2014c. n.

1685. Disponível em: <

<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7677497&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2015191-

03.2013.8.26.0000. Relator: Desembargador Gilberto Dos Santos. *Diário da Justiça*

Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje. São Paulo, 08 jan. 2014d. n.

1566. Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7267909&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2147284-

90.2014.8.26.0000. Relator: Desembargador Antonio Celso Aguilar Cortez. *Diário da Justiça*

Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje. São Paulo, 25 set. 2014e. n. 1741. Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7885737&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2001154-34.2014.8.26.0000. Relator: Desembargador Souza Meirelles. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje.* São Paulo, 25 jun. 2014f. n. 1676. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7639021&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2128971-81.2014.8.26.0000. Relator: Desembargador Ferraz de Arruda. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje.* São Paulo, 14 out. 2014g. n. 1754. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7932491&cdForo=0&v1Captcha=hcasw>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2065137-07.2014.8.26.0000. Relator: Desembargador José Maria Câmara Junior. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje.* São Paulo, 01 jul. 2014h. n. 1680. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7651581&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2104479-88.2015.8.26.0000. Relator: Desembargador Ronaldo Andrade. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje.* São Paulo, 07 dez. 2015d. n. 2022. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=9050405&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2077213-29.2015.8.26.0000. Relator: Desembargador Heloísa Martins Mimessi. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje.* São Paulo, 01 jun. 2015e. n.

1896. Disponível em:
<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=8483935&cdForo=0>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2203326-62.2014.8.26.0000. Relator: Desembargador Spoladore Dominguez. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 06 maio 2015f. n.

1878. Disponível em:
<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=8414325&cdForo=0>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2211154-12.2014.8.26.0000. Relator: Desembargador Antonio Carlos Villen. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 19 jun. 2015g. n.

1908. Disponível em:
<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=8532892&cdForo=0>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2220415-64.2015.8.26.0000. Relator: Desembargador Marcelo Semer. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 03 nov. 2015h. Disponível em:

<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=8936249&cdForo=0>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2032725-86.2015.8.26.0000. Relator: Desembargador Nogueira Diefenthaler. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 22 maio 2015i. n.

1890. Disponível em:
<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=8468012&cdForo=0>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2141098-17.2015.8.26.0000. Relator: Desembargador Maurício Fiorito. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 16 out. 2015j. n. 1989.

Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=8893400&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2210722-90.2014.8.26.0000. Relator: Desembargador SPOLADORE DOMINGUEZ. São Paulo, 06 maio 2015q. n. 1878. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=8414437&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2019850-84.2015.8.26.0000. Relator: Desembargador Spoladore Dominguez. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 19 abr. 2016. n. 1981. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=8859952&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 0064861-44.2013.8.26.0000. Relator: Desembargador Marino Neto. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 11 jun. 2013k. n. 1434. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=6780270&cdForo=0&v1Captcha=bjcd b>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2029391-15.2013.8.26.0000. Relator: Desembargadora Zélia Maria Antunes Alves. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 06 out. 2014l. n. 1748. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7085044&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2215649-65.2015.8.26.0000. Relator: Desembargador Luis Carlos De Barros. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 02 dez. 2015r. n. 2019. Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=9034309&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo Regimental nº 9189084-52.2009.8.26.0000/50000. Relator: Desembargador Paulo Dimas Mascaretti. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 01 set. 2011a. n. 1029. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=5455837&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo Regimental nº 0087170-59.2013.8.26.0000. Relator: Desembargador José Reynaldo. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 03 jun. 2013j. n. 1426. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=6877654&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0185862-69.2008.8.26.0000. Relator: Desembargador Walter Swensson. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 13 nov. 2008c. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=3315772&cdForo=0&v1Captcha=zxib>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0108849-62.2006.8.26.0000. Relator: Desembargador Walter Swensson. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 27 ago. 2008d. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=2660862&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0150828-67.2007.8.26.0000. Relator: Desembargador Luis Ganzerla. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 26 ago. 2008e. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=3174356&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0122881-38.2007.8.26.0000. Relator: Desembargador Borelli Thomaz. *Diário da Justiça Eletrônico do*

Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje. São Paulo, 16 jun. 2009c. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=3625151&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0182087-46.2008.8.26.0000. Relator: Desembargador Xavier De Aquino. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje.* São Paulo, 03 out. 2011b. n. 1050. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=5432616&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0182287-87.2007.8.26.0000. Relator: Desembargador Aroldo Viotti. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje.* São Paulo, 13 jan. 2012a. n. 1103. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=5617996&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0611652-25.2008.8.26.0053. Relator: Desembargador Evaristo dos Santos. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje.* São Paulo, 04 dez. 2012f. n. 1317. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=6373782&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0611673-98.2008.8.26.0053. Relator: Desembargadora Luciana Bresciani. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje.* São Paulo, 12 mar. 2012g. n. 1141. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=5731517&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0102228-50.2007.8.26.0053. Relator: Desembargador Pires de Araújo. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje.* São Paulo, 10 set. 2012h. n. 1263. Disponível

em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=6162707&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0616569-87.2008.8.26.0053. Relator: Desembargador Urbano Ruiz. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 27 jun. 2013a. n. 1444. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=6828700&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0020561-54.2005.8.26.0007. Relator: Desembargador Alexandre Marcondes. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 13 jun. 2013b. n. 1426. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=6760931&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0025287-88.2009.8.26.0053. Relator: Desembargador Borelli Thomaz. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 15 abr. 2013c. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=6656563&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0021904-34.2011.8.26.0053. Relator: Desembargador Rui Stoco. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 21 jun. 2013d. n. 1440. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=6809687&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0256706-69.2007.8.26.0100. Relator: Desembargador Paulo Roberto de Santana. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 27 maio 2013e. n. 1423. Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=6754983&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0022326-09.2011.8.26.0053. Relator: Desembargador Luiz Sérgio Fernandes de Souza. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 28 nov. 2013f. n. 1549. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7197412&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0611647-03.2008.8.26.0053. Relator: Desembargador Antonio Carlos Malheiros. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 04 jul. 2014i. n. 1683. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7683655&cdForo=0&v1Captcha=zwkch>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0049614-92.2012.8.26.0053. Relator: Desembargador Carlos Eduardo Pachi. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 26 maio 2014j. n. 1657. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7579917&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0005614-85.2004.8.26.0053. Relator: Desembargador Silvia Meirelles. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 15 jul. 2014k. n. 1689. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7677081&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0041118-45.2010.8.26.0053. Relator: Desembargador Torres de Carvalho. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 07 maio 2015b. n. 1879. Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=8426083&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0011746-24.2012.8.26.0007. Relator: Desembargador Tasso Duarte de Melo. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 30 jan. 2015k. n. 1817. Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=8138946&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0022751-26.2010.8.26.0003. Relator: Desembargador José Luiz Germano. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 12 maio 2015l. n. 1882. Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=8419609&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0008548-98.2013.8.26.0053. Relator: Desembargador Carlos Eduardo Pachi. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 24 set. 2015m. n. 1974. Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=8831610&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0120781-14.2008.8.26.0053. Relator: Desembargador Rubens Rihl. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 27 out. 2015n. n. 1996. Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=8871597&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0106488-39.2008.8.26.0053. Relator: Desembargador Rubens Rihl. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 05 out. 2015o. n. 1981. Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=8854329&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0005314-94.2012.8.26.0554. Relator: Desembargador Wanderley José Federighi. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 03 out. 2013l. n. 1512. Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7065146&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0045635-59.2011.8.26.0053. Relator: Desembargador Torres de Carvalho. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 07 ago. 2014m. n. 1706. Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7733926&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0046697-37.2011.8.26.0053. Relator: Desembargador Torres de Carvalho. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 19 set. 2014n. n. 1737. Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7858372&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 106904700. Relator: Desembargador Kioitsi Chicuta. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 27 jul. 2009d. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=4060717&cdForo=0&v1Captcha=pxqxx>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 1007369-44.2015.8.26.0053. Relator: Desembargadora Maria Laura Tavares. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 10 dez. 2015c. n. 2024. Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=9032976&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 1051000-72.2014.8.26.0053. Relator: Desembargador Edson Ferreira. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 15 out. 2015p. n. 1988. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=8872668&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 9152398-42.2001.8.26.0000. Relator: Desembargador Morato De Andrade. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 24 mar. 2008f. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=2492437&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 9159566-17.2009.8.26.0000. Relator: Desembargador Peiretti De Godoy. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 25 jun. 2010. n. 741. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=4504627&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 9194450-09.2008.8.26.0000. Relator: Desembargador Tasso Duarte de Melo. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 29 jun. 2012b. n. 1214. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=5983147&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 9094259-53.2008.8.26.0000. Relator: Desembargador Enio Zuliani. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 06 nov. 2013g. n. 1535. Disponível em:

<<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=7134258&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 9155155-67.2005.8.26.0000. Relator: Desembargador Torres De Carvalho. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 07 maio 2009e. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=3568472&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Reexame Necessário nº 0034140-96.2003.8.26.0053. Relator: Desembargador Renato Nalini. *Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - Dje*. São Paulo, 07 maio 2012c. n. 1177. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=5794910&cdForo=0>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

BRASÍLIA. Agência Senado. Senado Federal (ed.). *MP da desapropriação entrega as cidades aos interesses privados, dizem debatedores*. 2016. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/04/12/mpdadesapropriacaoentregaascidadesaosinteressesprivadosdizemdebatedores>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em direito. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). *Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 1-50.

CÂMARA, Jacintho Arruda. Plano Diretor. In: DALLARI, Adilson Abreu; FERRAZ, Sérgio (Orgs.). *Estatuto da Cidade: comentários à Lei Federal 10. 257/2001*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 318-333.

CAMMAROSANO, Márcio. Fundamentos constitucionais do Estatuto da Cidade. In: DALLARI, Adilson Abreu; FERRAZ, Sérgio (Orgs.). *Estatuto da Cidade: comentários à Lei Federal 10. 257/2001*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 21-27.

CAMPOS, Luiza Ferreira; JUST. Gustavo. Transformações do discurso administrativista: a assimilação das formas argumentativas “pós-positivistas” e as tentativas de redefinição de

institutos-chave do direito administrativo. In: MARRARA, Thiago (Org.). *Direito administrativo: transformações e tendências*. Coimbra: Almedina, 2014. p. 89-122.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Comentários ao Estatuto da Cidade: lei 10.257, de 10.7.2001 e MP 2.220, de 4.9.2001*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

CDHU. *Estatuto social*. Disponível em: <http://www.cdhu.sp.gov.br/download/estatuto/ESTATUTO_CDHU2012.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2016.

COHAB-SP. *Estatuto social*. Disponível em: <<http://transparencia.cohab.sp.gov.br/images/005200/estatuto.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

COLÔMBIA. Constituição (1991). República de Colombia: Constitución de 1991 con reformas hasta 2005. Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Colombia/col91.html>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

COMPARATO, Fábio Konder. A propriedade ou a vida. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 07 maio 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0705200808.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

COMUNICAÇÃO SOCIAL TJSP. **Juízes do 186º concurso iniciam curso de formação inicial na EPM**. 2016. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/Institucional/CanaisComunicacao/Noticias/Noticia.aspx?Id=37771>>. Acesso em: 20 out. 2016.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. *I Jornada de Direito Civil: enunciados aprovados de nº 1 a 137*. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2002. Disponível em: <<http://daleth.cjf.jus.br/revista/enunciados/IJornada.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

CRETELLA JÚNIOR, José. *Comentários à lei da desapropriação*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1988.

CYMBALISTA, Renato. Política urbana e regulação urbanística no Brasil – conquistas e desafios de um modelo em construção. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). *Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 279-300.

CYMBALISTA, Renato; TSUKUMO, Isadora Tami Lemos. Terra urbana para habitação social: alternativas à desapropriação na experiência brasileira. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). *Revisitando o instituto da desapropriação*. Belo Horizonte: Fórum, 2009. p.85-118.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948). In: MAZZUOLI, Valerio de Oliveira (Org.). *Coletânea de Direito Internacional*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

DERANI, Cristiane. Política pública e a norma política. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). *Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 131-142.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DINIZ, Maria Helena. *Código Civil anotado*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DUARTE, Juan Ignacio; OYHANDI, Ángela. Expropiación, propiedad y estado en las ciudades latinoamericanas. In: AZUELA, Antonio (Org.). *Expropiación y conflicto social en cinco metrópolis latinoamericanas*. México: Massachusetts: Lincoln Institute Of Land Policy, 2013. p. 13-50. Disponível em: <<http://ru.iis.sociales.unam.mx/dspace/bitstream/IIS/4584/1/Expropiacion.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2016.

ENGELS, Friedrich. *Sobre a questão da moradia*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015. Tradução de Nelio Schneider.

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. *Pesquisa empírica em direito: as regras de inferência*. São Paulo: Direito GV, 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11444/Pesquisa_empirica_em_direito.pdf?sequence=3>. Acesso em: 23 out. 2015.

FAGUNDES, Miguel Seabra. Da desapropriação no direito brasileiro. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1949.

FERNANDES, Edésio. ALFONSIN, Betânia. Apresentação. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). *Revisitando o instituto da desapropriação*. Belo Horizonte: Fórum, 2009a. p. 13-17.

_____. Revisitando o instituto da desapropriação: uma agenda de temas para reflexão. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). *Revisitando o instituto da desapropriação*. Belo Horizonte: Fórum, 2009b. p. 21-37.

FERRAZ, Adriana. Haddad entrega área para Sesc Mercadão. *Estadão*. São Paulo, 16 jul. 2014. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,haddad-entrega-area-para-sesc-mercadao,1529198>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. O oficial e o inoficial: ensaio sobre a diversidade de universos jurídicos temporal e espacialmente concomitantes. In: FALCÃO, Joaquim de Arruda (Org.). *Invasões urbanas: conflito de direito de propriedade*. Rio de Janeiro: Fgv, 2008. p. 121-144.

FERRAZ, Luciano. Desapropriação. In: MARRARA, Thiago; FERRAZ, Luciano. *Tratado de direito administrativo*, v. III - direito administrativo dos bens e restrições estatais à propriedade. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014b. v. 1. p.421-506.

FERRAZ, Luciano. Propriedade: conceito e evolução. In: MARRARA, Thiago; FERRAZ, Luciano. *Tratado de direito administrativo*, v. III - direito administrativo dos bens e restrições estatais à propriedade. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014a. v. 1. p. 285-312.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Estatuto da Cidade comentado: Lei 10.257/2001: Lei do Meio Ambiente Artificial*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

FIX, Mariana. *Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo*: Faria Lima e Água Espraiada. São Paulo: Boitempo, 2001.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. *Déficit habitacional no Brasil 2011-2012*. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/559-deficit-habitacional-2011-2012/file>>. Acesso em: 10 de novembro. 2015.

FURTADO, Fernanda. Recuperação de mais-valias fundiárias urbanas: reunindo os conceitos envolvidos. In: SANTORO, Paula (Org.). *Gestão social da valorização da terra*. São Paulo: Instituto Pólis, 2004. p. 53-72.

GOMES, Wilton Luis da Silva. *Inovações no regime jurídico das desapropriações*. 2009. 231 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-16042010-093843/publico/Wilton_Luis_da_Silva_Gomes_Dissertacao.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2016.

GONÇALVES, Alcindo. Políticas públicas e a ciência política. In: BUCCI, Maria Paula Dallari. (Org.). *Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 75-96.

GROSSI, Paolo. *História da propriedade e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GUIMARÃES, Bernardo Strobel. O que muda na desapropriação com a MP 700/2015?. *Direito do Estado*. São Paulo, jan. 2016. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/bernardo-strobel-guimaraes/o-que-muda-na-desapropriacao-com-a-mp-700_2015>. Acesso em: 30 set. 2016.

HADDAD, Emílio; SANTOS, Cacilda Lopes dos. Desapropriação de áreas de interesse ambiental. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). *Revisitando o instituto da desapropriação*. Belo Horizonte: Fórum, 2009. p. 239-254.

_____. Valuación judicial y demora en el pago de indemnizaciones: el caso de las expropiaciones. In: AZUELA, Antonio (Org.). *Expropiación y conflicto social en cinco metrópolis latinoamericanas*. México: Massachusetts: Lincoln Institute Of Land Policy, 2013. p. 157-230. Disponível em: <<http://ru.iis.sociales.unam.mx/dspace/bitstream/IIS/4584/1/Expropiacion.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2016.

HARVEY, David. *Ciudades rebeldes. Del derecho de la ciudad a la revolución urbana*. Madrid: Akal, 2012. Traducción de Juanmari Madariaga. Disponível em: <http://www.cronicon.net/paginas/Documentos/CIUDADES_REBELDES.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2014.

HESPANHA, Antônio Manuel. Categorias: uma reflexão sobre a prática de classificar. *Análise Social*, Lisboa, v. XXXVIII, n. 168, p.823-840, set. 2003. Trimestral. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218791402J5rXO3fg3Hg98TM7.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

JACOB, Amanda Martins. *Vulnerabilidade socioambiental no município de São Paulo: Análise das capacidades e liberdades humanas*. 2013. 183 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-03122013-165716/pt-br.php>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

LEAL, Rogério Gesta. *A função social da propriedade e da cidade no Brasil: aspectos jurídicos e políticos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

LIMA, Adriana Nogueira Vieira; MACEDO FILHO, Edson. Desapropriação em áreas urbanas de assentamentos informais: limites e alternativas a sua aplicação. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). *Revisitando o instituto da desapropriação*. Belo Horizonte: Fórum, 2009. p. 221-238.

LOUREIRO, Francisco Eduardo. *A propriedade como relação jurídica complexa*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

LUFT, Mariana Rosangela. *Políticas públicas urbanas: premissas e condições para a efetivação do direito à cidade*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

MALDONADO, María Mercedes. La expropiación em Quito: cambio institucional y gobierno municipal. In: AZUELA, Antonio (Org.). *Expropiación y conflicto social en cinco metrópolis latinoamericanas*. México: Massachusetts: Lincoln Institute Of Land Policy, 2013. p. 313-352. Disponível em: <<http://ru.iis.sociales.unam.mx/dspace/bitstream/IIS/4584/1/Expropiacion.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2016.

MALDONADO, María Mercedes; PEÑA, Diego Isaías. Cambio constitucional, jueces, función social de la propiedad y expropiación em Colombia. In: AZUELA, Antonio (Org.). *Expropiación y conflicto social en cinco metrópolis latinoamericanas*. México:

Massachusetts: Lincoln Institute Of Land Policy, 2013. p. 269-312. Disponível em: <<http://ru.iis.sociales.unam.mx/dspace/bitstream/IIS/4584/1/Expropiacion.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2016.

MALDONADO, Melinda Lis; OYHANDI, Ángela. La expropiación en la Argentina: prácticas y debates jurídicos em torno a la utilidade pública. In: AZUELA, Antonio (Org.). *Expropiación y conflicto social en cinco metrópolis latinoamericanas*. México: Massachusetts: Lincoln Institute Of Land Policy, 2013. p. 97-156. Disponível em: <<http://ru.iis.sociales.unam.mx/dspace/bitstream/IIS/4584/1/Expropiacion.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2016.

MALUF, Carlos Alberto Dabus. *Teoria e prática da desapropriação*. São Paulo: Saraiva, 2015.

MALUF, Carlos Alberto Dabus; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. *Comentários ao Estatuto da Cidade: Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*. São Paulo: Atlas, 2011.

MANIGLIA, Elisabete. Atendimento da função social pelo imóvel rural. In: BARROSO, Lucas Abreu; MIRANDA, Alcir Gursen de; SOARES, Mário Lúcio Quintão (Orgs.). *O direito agrário na Constituição*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. Cap. 2. p. 25-44.

MARCONI, Isabel Marinho. *Interpretação do Artigo 1.228, § 4º, do Código Civil à Luz do Princípio Constitucional da Função Social da Propriedade*. 2012. 26 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pós-graduação Lato Sensu, Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2012/trabalhos_12012/isabelmarinhomarconi.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2016.

MARICATO, Erminia (coord.). *Preço de desapropriação de terras: limites as políticas públicas nas áreas de habitação, meio ambiente e vias públicas em São Paulo*. São Paulo: LABHAB/FAU-SP. 2001a.

_____. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade desigualdade e violência*. São Paulo. jul. 1995. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0278/Bibliografia_G

eral/Maricato,_Erminia_-_Metropole_na_Periferia_do_Capitalismo.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2015.

_____. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, n. 21, p. 33-52, 2009. 1º sem. Disponível em: <<http://www.cadernosmetropole.net/download/cm/cm21.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2015.

MARICATO, Ermínia. Prefácio. In: FIX, Mariana. *Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*. São Paulo: Boitempo, 2001b. p. 7-10.

MARQUES, Eduardo. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (Orgs.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Senac, 2005, p. 19-56.

MARQUES, Eduardo; SARAIVA, Camila. As políticas de habitação social, a segregação e as desigualdades sociais na cidade. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (Orgs.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Senac, 2005. p. 267-296.

MARQUES, José Roberto. *Meio ambiente urbano*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. *Bens públicos: função social e exploração econômica: o regime jurídico das utilidades públicas*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

MARRARA, Thiago. Bens estatais: aquisição, usos, alienação e tutela. In: MARRARA, Thiago; FERRAZ, Luciano. *Tratado de direito administrativo*, v. III - direito administrativo dos bens e restrições estatais à propriedade. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. v. 1. p.181-284.

_____. *Bens públicos, domínio urbano, infra-estruturas*. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

MARTINO, Luiz C.; BOAVENTURA, Katrine Tokarski. O mito da interdisciplinaridade: história e institucionalização de uma ideologia. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação*, Brasília, v. 16, n. 1, p.1-16, jan./abr. 2013.

Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/892/644>>. Acesso em: 15 maio 2016.

MASSA-ARZABE, Patrícia Helena. Dimensão Jurídica das Políticas Públicas. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). *Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 51-74.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira (Org.). *Coletânea de Direito Internacional*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

MEDAUAR, Odete. *Destinação dos bens expropriados*. São Paulo: Max Limonad, 1986.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria de Assuntos legislativos. *Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios e IPTU progressivo no tempo: regulamentação e aplicação*. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: <http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/PoD_56_web1.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

NACIONES UNIDAS. *Conferencia de las Naciones Unidas sobre los asentamientos humanos (Habitat II)*. Estambul, 1996. Disponível em: <<http://daccess-ods.un.org/TMP/7596768.73683929.html>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. *Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo*. 2009. 255 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. *Desapropriação para fins de reforma agrária*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2005.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. *Desapropriação para fins de reforma agrária*. 3. ed. 3. reimpr. Curitiba: Juruá, 2012.

NUNES DE SOUZA, Sérgio Iglesias. *Direito à moradia e de habitação: análise comparativa e suas implicações teóricas e práticas com os direitos da personalidade*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAGANI, Elaine Adelina. *O direito de propriedade e o direito à moradia: um diálogo comparativo entre o direito de propriedade urbana imóvel e o direito à moradia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

PASSARO, Clara. Os edifícios São Vito e Mercúrio: uma história que não se conta. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 19, n. 3, p.817-832, out./dez. 2009. Trimestral. Disponível em: <<http://www.laboratoriourbano.ufba.br/wp-content/uploads/arquivos/arquivo-80.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

PENTEADO, Luciano de Camargo. *Direito das Coisas*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

PEREZ, Marcos Augusto. A participação da sociedade na formulação, decisão e execução das políticas públicas. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). *Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 163-176.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. *As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen*. 1794. ed. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2012. (Texto Para Discussão). Disponível em:

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiR2aD6xr3OAhXEgpAKHdQ8AcQQFggeMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ipea.gov.br%2Fportal%2Findex.php%3Foption%3Dcom_content%26view%3Darticle%26id%3D16421&usg=AFQjCNGb_ReImR2v39sSH4UtrpvULNjLZg&sig2=8P_m1-a013C_YhiqR1zAsw>. Acesso em: 12 out. 2015.

PINHEIRO, Renata Peixoto. *Desapropriação para fins urbanísticos em favor de particular*. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

PINILLA PINEDA, Juan Felipe; VILLEGAS DEL CASTILLO, Catalina. Las alternativas del derecho urbano colombiano para la obtención pública de suelo: entre las formas expropiatorias tradicionales y las nuevas formas de gestión del suelo. In: FERNANDES,

Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). *Revisitando o instituto da desapropriação*. Belo Horizonte: Fórum, 2009. p. 143-175.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. São Paulo: Saraiva, 2010.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado*. Campinas: Bookseller, 2001.

RABELLO, Sonia. Justa indenização nas expropriações imobiliárias urbanas: justiça social e o enriquecimento sem causa. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). *Revisitando o instituto da desapropriação*. Belo Horizonte: Fórum, 2009. p. 203-220.

REALE, Miguel. Exposição de Motivos do Supervisor da Comissão Revisora e Elaboradora do Código Civil, Doutor Miguel Reale, datada de 16 de Janeiro de 1975. *Anais do “EMERJ Debate o Novo Código Civil”*. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/anais_onovocodigocivil/anais_especial_1/Anais_Parte_I_revistaemerj_9.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves, RODRIGUES, Juciano Martins. Estatuto da Metrópole: o que esperar? Avanços, limites e desafios. *Observatório das Metrópoles*, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1148%3Aestatuto-da-metr%C3%B3pole-avan%C3%A7os-limites-e-desafios&Itemid=180#>. Acesso em: 20 out. 2016.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. Propriedade e constitucionalização do direito civil. In: WACHOWICZ, Marcos; MATIAS, João Luis Nogueira (Coord.). *Propriedade e meio ambiente: da inconciliação à convergência*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2011. p. 137-168.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. Dogmática jurídica (verbetes). *Artigos Direito FGV* (working Papers), São Paulo, n. 36, p.01-28, maio 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2848/working%2520paper%252036.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

ROLNIK, Raquel *et al.* Inserção urbana no PMCMV e a efetivação do direito à moradia adequada: uma avaliação de sete empreendimentos no estado de São Paulo. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Orgs.). *Minha casa... e a cidade?: avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 391-416. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_abook&view=book&catid=1:livros&id=154:minha-casa-e-a-cidade&Itemid=123&lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2015.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1997.

ROSIM, Danielle Zoega. *O instituto da desapropriação à luz da função social da propriedade rural*. 2013. 247 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

ROYER, Luciana Oliveira. Municípios 'Autárquicos' e Região Metropolitana: A Questão Habitacional e os Limites Administrativos. In: Bernardo Alves Furtado; Cleandro Krause; Karla Christina Batista de França. (Org.). *Território metropolitano, políticas municipais: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano*. Brasília: IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, 2013, v. 01, p. 157-194.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SALLES, José Carlos de Moraes. *A desapropriação à luz da doutrina e da jurisprudência*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

SANTOS, Cacilda Lopes dos. *Novas perspectivas do instrumento da desapropriação: a incorporação de princípios urbanísticos e ambientais*. 2008. 230 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, Boaventura Souza. O estado, o direito e questão urbana. In: FALCÃO, Joaquim de Arruda (Org.). *Invasões urbanas: conflito de direito de propriedade*. Rio de Janeiro: Fgv, 2008. p. 17-94.

SÃO PAULO. Portal de serviços do tribunal de justiça do estado de São Paulo. *Consultas de jurisprudências*. São Paulo, [2016]. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/resultadoCompleta.do>>. Acesso em: 30 jan. 2016

SARLET, Ingo. O direito fundamental à moradia na Constituição: algumas anotações a respeito de seu contexto, conteúdo e possível eficácia. *Revista Eletrônica sobre Reforma do Estado (RERE)*, Salvador, n. 20, dez. 2009/ jan./fev. 2010. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-20-DESEMBRO-2009-INGO-SARLET.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

SAULE JUNIOR, Nelson. *A proteção jurídica da moradia nos assentamentos irregulares*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2004.

SEGALLA, Vinícius. SP admite que monotrilho, única obra prometida para a Copa, não ficará pronto a tempo. *Uol Copa*, São Paulo, 22 nov. 2012. Disponível em: <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/11/22/governo-de-sp-anuncia-4-atraso-em-obra-e-admite-que-monotrilho-nao-fica-pronto-para-copa.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Tradução Laura Teixeira.

SERRANO JÚNIOR, Odoné. *O direito humano fundamental à moradia digna: exigibilidade, universalização e políticas públicas para o desenvolvimento*. 2011. 264f. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011.

SIQUEIRA, Renata Monteiro; BARONE, Ana Cláudia Castilho. *São Vito: o barulho da imprensa no delineamento de uma política pública no centro*. 2009. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/disciplinas/tfg/tfg_online/tr/092/a072.html>. Acesso em: 24 maio 2016.

SUNDFELD, Carlos Ari. O Estatuto da Cidade e suas Diretrizes Gerais. In: DALLARI, Adilson Abreu; FERRAZ, Sérgio (Orgs.). *Estatuto da Cidade: comentários à Lei Federal 10.257/2001*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 45-60.

TORRES, Haroldo. Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (Orgs.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Senac, 2005. p. 297-314.

TORRES, Marcos Alcino de Azevedo. *A propriedade e a posse*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO. **Pesquisa Temática de Jurisprudência**. Disponível em: <http://www.trf3.jus.br/NXT/Gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=trf3e:trf3ve>. Acesso em: 20 set. 2016.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003. v.1.

VEÇOSO, Fabiana Fernandes Carvalho *et al.* A Pesquisa em direito e as bases eletrônicas de julgados dos tribunais: matrizes de análise e aplicação no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v. 1, n. 1, p.105-139, jan. 2014. Semestral.

VILLAÇA, Flávio. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global, 1986. Disponível em: http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/cidadao_habita.pdf. Acesso em: 13 de jul. 2015.

_____. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

WILLIAMS, Patricia. La dolorosa prisión del lenguaje de los derechos. In: *La crítica a los derechos*. Bogotá: Uniandes, Instituto Pensar y Siglo del Hombre, 2003.

ZANETTE, Valéria. *Direito humano à habitação condigna*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.